



CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA

GRUPO OCUPACIONAL - ATIVIDADE DE CLASSE – CPE 1 ADVOGADO

CÓDIGO DA PROVA

C01 W
MANHÃ

Verifique se o código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas.

TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE DE FRIEDRICH NIETZSCHE PARA EXAME GRAFOTÉCNICO

“Não há fatos eternos, como não há verdades absolutas.”

ATENÇÃO

Duração da prova: 4h e 30 min.

Este caderno contém 50 questões de múltipla escolha, cada uma com 5 alternativas de resposta – A, B, C, D e E – conforme disposição abaixo e Prova Discursiva.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
- Língua Portuguesa	15	2
- Legislação Municipal	15	2
- Conhecimentos Específicos	20	2

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

O tempo de duração de prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas e Folha de Respostas.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio. Não haverá substituição do Cartão de Respostas das questões objetivas e/ou da Folha de Resposta da questão Discursiva por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local da prova, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Informações importantes:

Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas da prova objetiva assinado, a Folha de Resposta da Prova Discursiva. Não se esqueça dos seus pertences.

A Prova Discursiva deverá ser desenvolvida na Folha de Resposta destinada a essa finalidade, personalizada e desidentificada pelo candidato, que deverá destacar o canhoto que contém seus dados cadastrais. A Folha da Prova Discursiva é o único documento válido para a correção.

O preenchimento da Folha de Respostas da Prova Discursiva será de sua inteira responsabilidade.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas e a Folha da Prova Discursiva.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

Leia com atenção o texto abaixo e responda ao que se pede.

ÉTICA E MORAL

Ethos – ética, em grego – designa a morada humana. O ser humano separa uma parte do mundo para, moldando-a ao seu jeito, construir um abrigo protetor e permanente. A ética, como morada humana, não é algo pronto e construído de uma só vez. O ser humano está sempre tornando habitável a casa que construiu para si. Ética significa, segundo Leonardo Boff, “tudo aquilo que ajuda a tornar melhor o ambiente para que seja uma moradia saudável: materialmente sustentável, psicologicamente integrada e espiritualmente fecunda”.

A ética não se confunde com a moral. A moral é a regulação dos valores e comportamentos considerados legítimos por uma determinada sociedade, um povo, uma religião, certa tradição cultural, etc. Há morais específicas, também, em grupos sociais mais restritos: uma instituição, um partido político. Há, portanto, muitas e diversas morais. Isto significa dizer que uma moral é um fenômeno social particular, que não tem compromisso com a universalidade, isto é, com o que é válido e de direito para todos os homens. Exceto quando atacada: justifica-se dizendo-se universal, supostamente válida para todos. Mas, então, todas e quaisquer normas morais são legítimas? Não deveria existir alguma forma de julgamento da validade das morais? Existe, e essa forma é o que chamamos de ética. A ética é uma reflexão crítica sobre a moralidade. Mas ela não é puramente teoria. A ética é um conjunto de princípios e disposições voltados para a ação, historicamente produzidos, cujo objetivo é balizar as ações humanas. A ética existe como uma referência para os seres humanos em sociedade, de modo tal que a sociedade possa se tornar cada vez mais humana.

A ética pode e deve ser incorporada pelos indivíduos, sob a forma de uma atitude diante da vida cotidiana, capaz de julgar criticamente os apelos críticos da moral vigente. Mas, a ética, tanto quanto a moral, não é um conjunto de verdades fixas, imutáveis. A ética se move, historicamente, se amplia e se adensa. Para entendermos como isso acontece na história da humanidade, basta lembrarmos que, um dia, a escravidão foi considerada “natural”. Entre a moral e a ética há uma tensão permanente: a ação moral busca uma compreensão e uma justificação crítica universal, e a ética, por sua vez, exerce uma permanente vigilância crítica sobre a moral, para reforçá-la ou transformá-la.

A ética tem sido o principal regulador do desenvolvimento histórico-cultural da humanidade. Sem ética, ou seja, sem a referência a princípios

humanitários fundamentais comuns a todos os povos, nações, religiões etc., a humanidade já teria se despedaçado até a autodestruição. Também é verdade que a ética não garante o progresso moral da humanidade. O fato de que os seres humanos são capazes de concordar minimamente entre si sobre princípios como justiça, igualdade de direitos, dignidade da pessoa humana, cidadania plena, solidariedade etc., cria chances para que esses princípios possam vir a serem postos em prática, mas não garante o seu cumprimento.

As nações do mundo já entraram em acordo em torno de muitos desses princípios. A “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, pela ONU (1948), é uma demonstração de o quanto a ética é necessária e importante. Mas a ética não basta como teoria, nem como princípios gerais acordados pelas nações, povos, religiões etc. Nem basta que as Constituições dos países reproduzam esses princípios (como a Constituição Brasileira o fez, em 1988).

É preciso que cada cidadão e cidadã incorpore esses princípios como uma atitude prática diante da vida cotidiana, de modo a pautar por eles seu comportamento. Isso traz uma consequência inevitável: frequentemente o exercício pleno da cidadania (ética) entra em colisão frontal com a moral vigente... Até porque, a moral vigente, sob pressão dos interesses econômicos e de mercado, está sujeita a constantes e graves degenerações.

(<https://www.portaleducacao.com.br> - Texto adaptado)

Questão 01

Dentre as alternativas abaixo, a que se identifica com a mensagem do texto é:

- A) A ética basta-se como teoria ou fundamento pactuado pelas nações.
- B) A ética muitas vezes se mistura à moral.
- C) As ações humanas devem ser absorvidas pela ética, como conduta real.
- D) Existe apenas uma moral.
- E) A moral é um acontecimento que tem compromisso com a universalidade.

Questão 02

De acordo com o texto é correto afirmar que:

- I. A ética pressupõe a observação de três aspectos: material, psicológico e espiritual.
- II. A ética é uma referência para a sociedade futura, pois o planeta ainda é desumano.
- III. A ética, no exercício crítico, pode fortalecer a moral ou modificá-la.
- IV. A humanidade já teria se exterminado se não existisse a ética.
- V. A ética, com certeza, garante o progresso moral da humanidade.

Estão corretas apenas:

- A) II, III, V.
- B) I, IV, V.
- C) I, III, IV.
- D) I, II, V.
- E) II, III, IV.

Questão 03

De acordo com a leitura do texto, a opção abaixo que NÃO se relaciona ao universo semântico da ética, apresentado no texto, é:

- A) guarida salutar
- B) morada humana
- C) reduto duradouro
- D) abrigo protetor
- E) refúgio fugaz

Questão 04

Observe as relações semânticas estabelecidas pelos elementos de coesão em destaque.

- I. **Como** há morais específicas, não se pode generalizar essa questão.
- II. Precisamos incorporar a ética em nossas atitudes, **pois** vivemos em sociedade.
- III. Toda a sociedade viverá em harmonia, **exceto se** agredir a ética.
- IV. Um dia a escravidão foi considerada natural, **mas** hoje é inaceitável.
- V. A ética se move historicamente **tanto quanto** a moral.

Pode-se afirmar que estas relações são de:

- A) finalidade, oposição, causa, concessão, alternância.
- B) causa, explicação, conformidade, tempo, comparação.
- C) comparação, causa, condição, concessão, alternância.
- D) causa, explicação, condição, oposição, comparação.
- E) comparação, causa, conformidade, oposição, tempo.

Questão 05

Observe o período abaixo.

Quanto ao comportamento ético na convivência social, deve-se incentivar **o comportamento ético** entre todos, de modo que venham a alcançar **comportamento ético**, enriquecidos do entusiasmo que **a esse comportamento se associa**.

Visando à coesão linguística para evitar as repetições, a opção abaixo que substitui com correção as expressões destacadas é, respectivamente:

- A) incentivá-lo – lhe alcançar – a ele se associa
- B) incentivá-lo – alcançá-lo – se lhe associa
- C) incentivar-lhe – alcançar-lhe – nele se associa
- D) incentivar-lhe – alcançá-lo – se associa ao mesmo
- E) lhe incentivar – o alcançar – lhe associa-se

Questão 06

No período “Não sei **por que** a moral vigente está sujeita a tantas degenerações.”, a alternativa que apresenta a expressão destacada acima, de forma correta e idêntico valor, é:

- A) Explicou por que teve aquela atitude antiética na frente de todos os amigos.
- B) Ela é mais considerada pelos alunos por que respeita seus semelhantes.
- C) Não investigaram o por que daquele procedimento desrespeitoso e inesperado.
- D) Precisamos entender a ética por que o mundo precisa progredir.
- E) As sociedades por que passamos eram bastante iguais.

Questão 07

Observe a frase abaixo.

“Os especialistas identificam quando a mente foi tomada por traumas desequilibrantes.”

Com base nas classes gramaticais empregadas no período, a alternativa correta é:

- A) O uso do verbo ‘identificar’ no modo presente do indicativo exprime uma certeza.
- B) O conectivo ‘quando’ pode ser substituído pelo conectivo ‘porque’ sem prejuízo do sentido da frase.
- C) O verbo ‘foi’ poderia ser substituído por ‘for’, caso quisesse fazer referência a um fato obtido como certo e posterior a sua fala.
- D) O emprego de ‘foi’ no pretérito perfeito do indicativo revela uma ação em processo no passado.
- E) O emprego do artigo ‘Os’ indica uma referência imprecisa ao substantivo ‘especialistas’.

Questão 08

Nos trechos,

“...principal regulador do desenvolvimento **histórico-cultural da humanidade.**”

“...já teria se despedido até a **autodestruição.**”,

as palavras destacadas sofreram o mesmo processo de formação, respectivamente, que:

- A) Malmequer / arrozal / petróleo
- B) Planalto / mestre-sala / cruzeiro
- C) Girassol / bebedouro / multicolor
- D) Fidalgo / emudecer / metamorfose
- E) Multicolor / acabamento / alto-falante

Questão 09

Em “Sentiu-se **à vontade** com aquela atitude solidária.”, a opção em que o sinal indicativo da crase é empregado pela mesma razão que o à da expressão grifada é:

- A) O sol entrava à medida que o dia ia surgindo na bela mansão.
- B) À custa de muito esforço resolveu se juntar ao grupo.
- C) O cidadão desculpou-se e saiu às pressas do shopping.
- D) Esta atitude é igual à que presenciei na semana passada.
- E) Os técnicos chegaram às dez horas para instalar o aparelho.

Questão 10

No período “A conduta cortês do advogado agradou-lhe bastante.”, a alternativa que apresenta frase com o mesmo tipo de regência verbal é:

- A) A jovem veterinária assistiu a bela gatinha com desvelo.
- B) O médico ajudava a idosa mulher há bastante tempo.
- C) O rapaz agradeceu a oferenda com muito entusiasmo.
- D) Agradou os meninos com presentes, pelo Dia das Crianças.
- E) O feroz animal obedeceu ao dono imediatamente.

Questão 11

No texto, para se alcançar coerência e coesão, foram utilizados operadores linguísticos para se estabelecerem relações. A alternativa cuja relação foi identificada corretamente entre as proposições é:

- A) Não poupou esforços para vir, **embora** estivesse cansado. Relação de tempo
- B) **Tamanho** foi o calor do sol **que** o asfalto amoleceu. Relação de explicação
- C) O terrível casarão desmoronou **como** um castelo de cartas. Relação de causa
- D) **Antes que** ele entrasse pelo portão, saí pelos fundos. Relação de consequência
- E) O tempo colaborou, **por conseguinte** viajamos pela manhã. Relação de conclusão

Questão 12

Observe o trecho:

“É preciso que cada cidadão incorpore esses princípios como uma atitude prática diante da vida cotidiana.”

Com relação à morfossintaxe, considerando as orações subordinadas substantivas, a **segunda oração** do período acima se classifica como:

- A) objetiva direta.
- B) apositiva.
- C) subjetiva.
- D) completiva nominal.
- E) predicativa.

Questão 13

O período composto por coordenação está explícito em:

- A) É possível que a estreia do filme seja amanhã.
- B) Não sou mau; agora, também não sou bobo.
- C) Quando vinha para casa de táxi, encontrei um amigo.
- D) Não acredito que vá chover amanhã no litoral.
- E) Irei embora, assim que se confirmar o adiamento da prova.

Questão 14

Observe os trechos.

“O político faltou com a verdade.”

“A saudade abraçou-me tão sincera!”

“Amo-te assim: meio odiosamente.”

Nos trechos apresentados acima, encontram-se, respectivamente, as seguintes figuras de linguagem:

- A) eufemismo, prosopopeia, antítese
- B) ironia, metáfora, antítese
- C) ironia, eufemismo, catacrese
- D) hipérbole, prosopopeia, ironia
- E) metáfora, catacrese, metonímia

Questão 15

Quanto à colocação da vírgula, todas as opções estão corretas, EXCETO em:

- A) A criança é meiga, mas seu olhar triste comovia todos que se acercavam dela.
- B) Não, disse o professor, agora não é hora para brincadeiras inconvenientes.
- C) Cristina prometeu que viria ao seu encontro, porém nada posso garantir.
- D) Abaixou-se, pegou a carteira do solo, recusou-se a devolvê-la.
- E) Os nobres sentimentos de Marina, sempre esbarravam na brutalidade dele.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**Questão 16**

A Câmara de Vereadores tem funções institucional, legislativa, fiscalizadora, julgadora, administrativa, integrativa e de assessoramento que serão exercidas com independência e harmonia em relação ao Executivo Municipal. Quanto à função fiscalizadora, é correto dizer que:

- A) se trata de função auxiliar do Poder Judiciário, nas correições internas que este Poder realiza regularmente dentro da Câmara Municipal.
- B) é exercida por meio de requerimentos sobre fatos sujeitos à fiscalização da Câmara e pelo controle externo da execução orçamentária do Município, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- C) é exercida pela apreciação do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Prefeito e o Presidente da Câmara devem anualmente prestar.
- D) é restrita à sua organização interna, à regulamentação do seu funcionalismo e à estruturação e direção dos seus serviços auxiliares.
- E) serve para fiscalizar a imprensa, organizando e restringindo, se necessário for, o acesso de jornalistas nas coletivas de imprensa.

Questão 17

Cada legislatura na Câmara Municipal terá duração de:

- A) 2 (dois) anos.
- B) 4 (quatro) anos.
- C) 5 (cinco) anos.
- D) 3 (três) anos.
- E) 1 (um) ano.

Questão 18

São órgãos da Câmara Municipal:

- A) vereadores, sessões e proposições.
- B) códigos, votação e veto.
- C) mesa, plenário e comissões.
- D) orçamento, estatuto e deliberações.
- E) moção, pleno e corte.

Questão 19

Com relação ao procedimento previsto no Regimento Interno da Câmara de Vereadores para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), é correto afirmar que:

- A) é dispensada a apresentação de razões escritas pelo denunciado, visto que o procedimento de CPI tem rito sumário.
- B) em nenhuma hipótese funcionarão concomitantemente mais de duas CPIs.
- C) na hipótese de o caso analisado necessitar de perícia técnica para ser esclarecido, o processo será encaminhado à Justiça Eleitoral, pois a realização de perícias extrapola a competência da Comissão.
- D) em caso de condenação, haverá a cassação do mandato do agente político, materializada pela expedição de um decreto legislativo.
- E) se o resultado da votação for absolutório, o Presidente não poderá determinar o pronto arquivamento do processo, devendo submeter tal decisão ao Plenário.

Questão 20

Sempre que não houver determinação explícita, as deliberações do Plenário da Câmara serão por:

- A) maioria qualificada de 3/5 (três quintos), presente a maioria absoluta dos Vereadores.
- B) maioria absoluta, presente a maioria simples dos Vereadores.
- C) maioria simples, presente a maioria absoluta dos Vereadores.
- D) maioria absoluta.
- E) maioria qualificada de 2/3 (dois terços), presente a maioria absoluta dos Vereadores.

Questão 21

As comissões são órgãos técnicos constituídos pelos próprios membros da Câmara, destinadas, em caráter permanente ou transitório, a proceder os estudos, emitir pareceres especializados, realizar investigações e representar o Legislativo. As comissões da Câmara são permanentes e temporárias. Com relação à Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR, é correto afirmar que se trata de comissão:

- A) permanente e sua audiência fica limitada aos processos sobre licitação, contratação de pessoal e mandato eletivo.
- B) permanente e é facultativa a sua audiência sobre os processos que tramitem pela Câmara.
- C) permanente e é obrigatória a sua audiência sobre todos os processos que tramitem pela Câmara.
- D) temporária e é facultativa a sua audiência sobre os processos que tramitem pela Câmara.
- E) temporária e é obrigatória a sua audiência sobre todos os processos que tramitem pela Câmara.

Questão 22

Segundo o Regimento Interno da Câmara de Vereadores, Questão de Ordem é:

- A) a questão levantada por membro de comissão permanente acerca da manutenção da ordem na Câmara quando houver manifestações de pessoas ou organizações que perturbem o andamento dos trabalhos internos.
- B) a reunião de diversas leis em vigor, sobre o mesmo assunto, sem sistematização.
- C) uma controvérsia que o Presidente da Câmara reputa séria e fundada, sobre o estado civil das pessoas.
- D) toda dúvida levantada em Plenário quanto à interpretação do Regimento, sua aplicação ou sobre sua legalidade.
- E) o conjunto de normas disciplinares fundamentais que regem a atividade de uma sociedade ou corporação.

Questão 23

De acordo com o Estatuto do Servidor Público do Município de Vilhena, o instituto da Reversão é o(a):

- A) forma de provimento originário em que o servidor passa a ocupar cargo efetivo ou de carreira.
- B) investidura em cargo público de provimento efetivo ou em comissão.
- C) retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- D) investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- E) efetivo desempenho das atribuições do cargo.

Questão 24

Considere a seguinte situação: um servidor público do Município de Vilhena, no interesse do serviço, passa a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente. Em virtude deste fato específico, o citado servidor terá direito a (à):

- A) gratificação natalina, para pagar a sua ceia de natal.
- B) auxílio-transporte, para indenizar as despesas que tiver com transporte.
- C) ajuda de custo, que servirá para compensar as despesas de instalação.
- D) diárias, para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação e transporte.
- E) auxílio-alimentação, para indenizar as despesas que tiver com alimentação.

Questão 25

Dentre as licenças a que tem direito o servidor público municipal, destaca-se a licença:

- A) por observância das normas legais e regulamentares.
- B) por motivo de doença em pessoa da família.
- C) por prestação de serviço extraordinário.
- D) de gratificação natalina.
- E) de férias.

Questão 26

Com relação ao regime disciplinar do servidor público municipal, é correto afirmar que a penalidade de:

- A) demissão será apurada por meio de sindicância.
- B) advertência será apurada por meio de sindicância.
- C) suspensão será apurada por meio de processo disciplinar.
- D) advertência será aplicada em caso de transgressão grave.
- E) demissão será aplicada em caso de transgressão leve.

Questão 27

Segundo o Estatuto do Servidor Público do Município de Vilhena, considera-se serviço noturno aquele prestado em horário compreendido entre:

- A) 6 (seis) horas de um dia e 6 (seis) horas do dia seguinte.
- B) 3 (três) horas da madrugada de um dia e 5 (cinco) horas do mesmo dia.
- C) meia noite de um dia e 6 (seis) horas do dia seguinte.
- D) 23 (vinte e três) horas de um dia e 6 (seis) horas do dia seguinte.
- E) 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte.

Questão 28

A competência tributária do Município de Vilhena compreende a instituição e a cobrança dos seguintes impostos:

- A) IPTU, ISSQN e ITBI.
- B) taxa de incêndio, IPVA e IPTU.
- C) ITR, IPVA e Imposto de Renda.
- D) taxa de incêndio, contribuição para iluminação pública e ISSQN.
- E) ITBI, Contribuição de melhoria e Imposto sobre Grandes Fortunas.

Questão 29

Suponha que o cidadão Esvéquio mantenha uma banca de venda de pipoca e doces no município de Vilhena. Ele trabalha na informalidade, assim como muitos brasileiros, porém levanta cedo para trabalhar todos os dias e se orgulha da profissão de vendedor em sua banca, contribuindo com a economia local. Considerando essa situação, é correto dizer que Esvéquio:

- A) não pode trabalhar todos os dias, já que seu negócio se enquadra como pequena empresa.
- B) não é devedor de tributos, porquanto sua banca de pipoca e doces não está regularmente constituída, ou seja, não possui CNPJ ou outros registros que o obriguem a recolher tributos.
- C) não é devedor de tributos, porque os produtos por ele comercializados não configuram fato gerador de obrigação tributária.
- D) é devedor de tributos, já que a capacidade tributária ativa depende de a pessoa física estar constituída, ainda que informalmente, como unidade econômica, social ou profissional, como no caso.
- E) é devedor de tributos, uma vez que a capacidade tributária passiva independe de a pessoa jurídica estar regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional, como no caso.

Questão 30

O crédito tributário pode ser extinto por:

- A) parcelamento.
- B) moratória.
- C) isenção.
- D) pagamento.
- E) depósito do montante integral.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31

Francisco Carlos propõe ação de locupletamento, regido pelo rito especial da ação monitória, em face de José, uma vez que prescreveu o prazo de seis meses para promover ação cambial do cheque. O demandante pretende se valer em parcela dos pedidos, das técnicas do procedimento especial dos juizados. A opção correta é:

- A) O manuseio de técnicas processuais de rito especiais, é imprescindível a adoção do procedimento comum, bem como constatado a compatibilidade desse procedimento.
- B) O ordenamento jurídico interno não admite a propositura de ação de locupletamento de cheque prescrito.
- C) É admissível a deflagração desse processo de conhecimento, em que haja combinação entre procedimentos especiais, para cada um dos pedidos cumulativos formulados na petição inicial.
- D) Deve o processo ser extinto sem resolução do mérito, tendo em vista a carência das condições da ação, na modalidade interesse de agir.
- E) O prazo prescricional da ação cambial do cheque não se encontra prescrito, tendo em vista que a prescrição somente se opera em 2 anos contados da data da apresentação do título de crédito.

Questão 32

José Carlos promove ação de cobrança, regida pelo procedimento comum, em face de Jonas. Ocorre que o demandante tem ínfimo suporte de natureza probatória, para fins de prova do fato constitutivo do seu direito. Acerca da redistribuição dinâmica do ônus da prova é correto afirmar que:

- A) somente é admissível a redistribuição dinâmica do ônus da prova, nos casos de impossibilidade de provar fato constitutivo do seu direito.
- B) é inadmissível a redistribuição do ônus da prova, ainda que seja considerada excessiva, a dificuldade para comprovar o fato constitutivo de seu direito.
- C) é cabível a redistribuição dinâmica do ônus da prova, no caso de excessiva dificuldade de provar fato constitutivo de seu direito, desde que observado o contraditório e não gerando situação de extrema dificuldade para parte adversa.
- D) o novo código de processo civil apenas prevê a distribuição ordinária do ônus da prova, nada mencionando acerca da redistribuição dinâmica do ônus da prova.
- E) a redistribuição dinâmica do ônus da prova, prescinde de comprovação da impossibilidade ou excessiva dificuldade, para comprovar o fato constitutivo do seu direito.

Questão 33

A sociedade empresária Willie Ltda., celebrou negócio jurídico contratual com a sociedade anônima Bonsventos S.A., cuja a natureza é civil/empresarial. Ocorre que Bonsventos S.A., está inadimplente com relação a certas obrigações assumidas, em razão de uma intensa crise de ordem financeira. Willie Ltda. promove processo de conhecimento, e incidentalmente pleiteia a desconsideração da personalidade jurídica da Ré, em razão de suspeitas de dilapidação do patrimônio. É correto afirmar que :

- A) o incidente de desconsideração da personalidade jurídica deve ser julgado procedente, tendo em vista que a suspeita de dilapidação do patrimônio, configura abuso da personalidade jurídica pelo desvio de finalidade.
- B) o incidente de desconsideração da personalidade jurídica deve ser julgado procedente, tendo em vista que o inadimplemento contratual em razão da intensa crise financeira, configura abuso da personalidade jurídica.
- C) o incidente de desconsideração da personalidade jurídica deve ser julgado procedente, tendo em vista que a suspeita de dilapidação do patrimônio, configura abuso da personalidade jurídica pela confusão patrimonial.
- D) é hipótese de cabimento do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, com base na teoria maior da desconsideração da personalidade, regulada pelo código civil de 2002.
- E) o incidente de desconsideração da personalidade jurídica deve ser julgado improcedente, tendo em vista que mera suspeita de dilapidação do patrimônio, não é fato apto a ensejar na configuração dos pressupostos permissivos da desconsideração.

Questão 34

Defensoria Pública do Estado promove ação civil pública em face do Estado X, tendo em vista uma lesão a um direito transindividual coletivo. O processo de conhecimento regido pelo procedimento especial, tem o seu regular processamento, e ao final o juiz profere sentença de improcedência calcada na insuficiência de provas. Sobre a coisa julgada é correto afirmar que :

- A) o pronunciamento judicial faz coisa julgada material com eficácia "Ultra partes", alcançando todos os integrantes do grupo, classe ou categoria.
- B) o pronunciamento judicial não faz coisa julgada material, motivo pelo qual surgindo novas provas materiais, pode ser novamente proposta a demanda.
- C) o STF não reconhece a legitimidade "ativa ad causam" da Defensoria Pública, em ação civil pública que versa sobre direitos transindividuais coletivos.
- D) o pronunciamento judicial faz coisa julgada material com eficácia "Erga Omnes", alcançando para todos que se encontrem na mesma situação jurídica.
- E) o pronunciamento judicial faz coisa julgada material com eficácia "Erga Omnes", porém não impede que a demanda individual seja proposta.

Questão 35

Cidadão promove ação popular em face de entidade federativa, pretendendo a interrupção definitiva de lesão ao patrimônio público. Sobre o prazo de contestação do réu, é correto afirmar que:

- A) o prazo de contestação é de 15 dias, contados da citação necessariamente por edital.
- B) o prazo de contestação é de 20 dias, podendo ser prorrogado por mais 20 dias, desde que comprovada a dificuldade de prova documental.
- C) não há previsão expressa no procedimento especial da ação popular, motivo pelo qual deve ser aplicado o prazo de 15 dias do processo civil.
- D) o prazo de contestação é de 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 30, desde que comprovada dificuldade de prova documental.
- E) o prazo de contestação ordinário é de 15 dias, sendo duplicado por afigurar no polo passivo da demanda uma entidade federativa.

Questão 36

Sobre a competência legislativa delegável da União, a alternativa correta é:

- A) Estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de aviação.
- B) Diretrizes da política nacional de transporte.
- C) Juntas comerciais.
- D) Previdência social, proteção e defesa da saúde.
- E) Proteção à infância e juventude.

Questão 37

Em sede de recurso extraordinário interposto no Supremo Tribunal Federal, o Pretório Excelso reconhece incidentalmente a inconstitucionalidade material de determinada lei editada no âmbito estadual, advindo ao final remeter ao Senado Federal para edição facultativa de resolução. Sobre os efeitos da resolução do Senado Federal, a opção correta é:

- A) Eficácia Ultra partes e ex tunc.
- B) Eficácia Ultra partes e ex nunc.
- C) Eficácia Erga Omnes e ex nunc.
- D) Eficácia Inter partes e ex nunc.
- E) Eficácia Inter partes e ex tunc.

Questão 38

Acerca das regras de convivência no âmbito da competência legislativa vertical concorrente, a alternativa correta é:

- A) A superveniência de lei federal sobre normas gerais, não suspende a eficácia de lei estadual, no que lhe for contrário, em razão da autonomia das entidades federativas.
- B) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender suas peculiaridades.
- C) Lei complementar federal fixará as normas de cooperação entre as entidades federativas, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- D) Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas no âmbito da competência concorrente.
- E) A competência da União para legislar sobre norma gerais não exclui a competência suplementar dos Municípios.

Questão 39

Sobre as normas e princípios que regem a ordem econômica e financeira do Estado brasileiro, é correto afirmar:

- A) Pluralismo político.
- B) Autodeterminação dos povos.
- C) Dignidade da pessoa humana.
- D) Prevalência dos direitos humanos.
- E) Redução das desigualdades regionais e sociais.

Questão 40

No que concerne ao conflito entre direitos fundamentais ou normas e princípios fundamentais, a doutrina do direito constitucional institui uma teoria/princípio denominada dimensão de peso ou ponderação de valores. É certo dizer que, nesse sentido, posteriormente à aplicação dessa teoria:

- A) esvazia integralmente a eficácia da norma constitucional, de modo que é prescindível sua aplicação em casos concretos, que contém circunstâncias distintas em momento ulterior.
- B) a norma princípio da ponderação de valores demanda análise casuística e o exercício da proporcionalidade, ensejando na sobreposição de determinado direito com relação a outro, mas não esvaziando a existência, validade e eficácia desse.
- C) somente o Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça são legitimados para o exercício do princípio da ponderação de valores.
- D) a norma constitucional que contém menor peso na análise causal, perde sua validade na ordem jurídica interna.
- E) todos os tribunais estão vinculados para preferir pronunciamento judicial, que guarde identidade com aquele que exercitou a norma princípio da ponderação de valores, sendo prescindível a identidade de circunstâncias de fato.

Questão 41

Sociedade empresária Tisol S.A. cujo o capital social é aberto, reconhece que seu administrador praticou ato que colide com o dever de lealdade, tendo em vista a comprovação da conduta antijurídica do "Insider Trading". Nesse ínterim, a assembleia geral da sociedade empresária não delibera sobre a ação de responsabilidade em face do Administrador, ainda que constatado o prejuízo geral, motivo pelo qual enseja no interesse de agir do acionista Carlos. A alternativa correta é:

- A) A ação que eventualmente é promovida ou não pela sociedade empresária, objetivando apurar a responsabilidade do Administrador, não exclui a legitimidade de demandar em juízo pelos acionistas ou terceiros que se encontrem lesados.
- B) Somente os sócios acionistas que representem pelo menos 15% do capital social, terão legitimidade e interesse de agir, diante da inércia da sociedade empresária.
- C) O juiz não poderá reconhecer a exclusão da responsabilidade do Administrador, ainda que convencido que esse agiu de boa-fé, e atendendo os interesses legítimos da sociedade empresária.
- D) O sócio acionista não poderá promover individualmente a ação de responsabilidade do Administrador, tendo em vista que somente a sociedade empresária após deliberação da assembleia geral terá interesse de agir.
- E) Somente os sócios acionistas que representem pelo menos 10% do capital social, terão legitimidade e interesse de agir, diante da inércia da sociedade empresária.

Questão 42

José Carlos emite um cheque em face do Banco XYZ S.A. em benefício de Arnaldo que endossou para João. Aquele, antes do prazo estipulado como vencimento na cártula, executa determinado serviço na casa do tomador, convencionando que seria prestado de modo gratuito, para fins de compensação do título de crédito emitido. Ocorre que na data de vencimento do título, o endossatário apresenta ao sacado para pagamento, sendo informado sobre a insuficiência de fundos, motivo pelo qual o título é devolvido (Motivo 11). Esse promove ação cambial, e o emitente alega a existência de uma compensação. A alternativa correta é:

- A) O juiz deve julgar extinto o processo sem resolução de mérito, tendo em vista nítida carência da condição da ação, na modalidade legitimidade.
- B) Não é admissível a apresentação do título ao sacado para pagamento, tendo em vista a existência de uma relação jurídica contratual de natureza civil, que implica no reconhecimento da extinção da relação cambiária.
- C) Embora convencionado entre os contratantes um inédito negócio jurídico de natureza civil, com intuito compensatório, em razão da autonomia dos títulos de crédito, bem como de sua respectiva circulação, não são oponíveis exceções de ordem pessoal.
- D) O juiz deve julgar extinto o processo sem resolução de mérito, tendo em vista nítida carência da condição da ação, na modalidade interesse de agir.
- E) Diante de um negócio jurídico de caráter gratuito convencionado entre as partes, como meio compensatório do título de crédito emitido, deverá o juiz acolher a exceção de ordem pessoal, e extinguir o processo pela perda do objeto.

Questão 43

No que concerne às regras legais de imputação do pagamento, diante da ausência de indicação pelo devedor, bem como se o instrumento de quitação for omissivo, afirma-se corretamente que:

- A) pela ausência de indicação não é admissível a imputação do pagamento.
- B) a imputação do pagamento, primeiramente se fará nas dívidas ilíquidas e vincendas.
- C) a imputação do pagamento, primeiramente se fará nas dívidas líquidas e vincendas.
- D) a imputação do pagamento, primeiramente se fará nas dívidas ilíquidas e vencidas.
- E) a imputação do pagamento, primeiramente se fará nas dívidas líquidas e vencidas.

Questão 44

Olavo de Andrade toma conhecimento do sequestro de sua filha Ilda, por meio do contato de alguns sequestradores, que pleitearam o valor de R\$ 200.000,00 para liberação de Ilda. Ocorre que o Olavo não tem esse dinheiro disponível no momento, o que o leva a alienar o seu veículo cujo o valor de mercado é de R\$ 90.000,00, por R\$ 45.000,00, para Aldo José, que conhecia daquele fato. Em um momento posterior, Ilda, surge em sua casa, afirmando que policiais militares descobriram o local do cativo, e por assim ela foi liberada após prestar o seu depoimento em sede policial. A alternativa correta acerca do vício de consentimento no negócio jurídico é:

- A) Coação.
- B) Erro.
- C) Estado de perigo.
- D) Lesão.
- E) Dolo.

Questão 45

Sobre os efeitos da posse voltados ao possuidor de boa-fé, é correto dizer que o possuidor de boa-fé:

- A) não tem direito aos frutos percebidos, enquanto perdurar a posse.
- B) tem direito à indenização das benfeitorias voluptuárias e úteis, exceto as necessárias.
- C) somente tem direito à indenização das benfeitorias necessárias.
- D) tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como quanto as voluptuárias, desde que sem detrimento da coisa.
- E) responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa.

Questão 46

Na hipótese de determinado particular requer autorização de porte de arma de acordo com a legislação em vigor; se, a posteriori, for editada uma lei proibindo de modo absoluto o porte de armas aos particulares, o ato anterior de autorização, estar-se-á de frente com a seguinte modalidade de extinção dos atos administrativos:

- A) Revogação.
- B) Renúncia.
- C) Cassação.
- D) Anulação.
- E) Caducidade.

Questão 47

Imagine o seguinte cenário: um contrato administrativo de segurança de museu, por hipótese, termina dia 30 de novembro de 2018. Assim, faltando três meses para o término do contrato, a Administração deve providenciar nova licitação para operar a segurança do museu. Mas, se ao final do contrato a Administração não houver realizado nova licitação, não há como se configurar a situação de imprevisibilidade que justifique a situação emergencial para realizar a dispensa de licitação. Essa situação aventada pelo legislador, diz respeito à licitação:

- A) inexigível.
- B) deserta.
- C) dispensada.
- D) frustrada.
- E) dispensável.

Questão 48

“Atos de governo não diretamente ligados ao contrato, mas que sobre ele exercem influência reflexa. Ou seja, o governo pratica ato imprevisível, ou ainda ato previsível, mas de consequência incalculável, desequilibrando sua equação econômico-financeira” (MADEIRA, José M. Pinheiro. Administração Pública. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014, 12ª. Ed, p. 830). A situação retratada acima, exemplifica uma hipótese de:

- A) fato fortuito.
- B) fato da Administração.
- C) fato exorbitante de alteração unilateral.
- D) fato do príncipe.
- E) fato extroverso.

Questão 49

No curso da execução de contrato de obra pública, a Administração constata a necessidade da utilização de área de terreno limítrofe para a instalação de canteiros e outros elementos. Ocupa a área *manu militari*, assim permanecendo por 60 dias, sem qualquer comunicação para com o proprietário. No caso específico citado está retratada a seguinte figura jurídica:

- A) ocupação temporária.
- B) desapropriação por zona.
- C) requisição administrativa.
- D) desapropriação.
- E) desapropriação indireta.

Questão 50

O Poder de Polícia é inerente à Administração Pública e acarreta em uma restrição ou condição a uma prerrogativa ou direito do administrado em razão do interesse público. Sobre o Poder de Polícia é correto afirmar que são fases delegáveis:

- A) fiscalização de polícia e consentimento de polícia.
- B) fiscalização de polícia e sanção de polícia.
- C) sanção de polícia e consentimento de polícia.
- D) sanção de polícia e ordem de polícia.
- E) fiscalização de polícia e ordem de polícia.

A rodovia federal “Mario Covas”, BR-101, é considerada a mais extensa rodovia brasileira atravessando por 12 estados-membros dos 27 que compõem a federação. Em um determinado trecho no delongio da dimensão territorial daquela, é característico um retardo no trânsito de veículos automotores, em decorrência da carência de planejamento pela Administração Pública. Convocado alguns especialistas em trânsito de veículos, esses apontaram como deficiente naquele trecho, a ausência de uma duplicação na rodovia, o que acarretava em engarrafamentos de dimensões colossais. Destaca-se que a área contígua àquele trecho, está preenchida por um conjunto de indivíduos, que ali se instalaram sem qualquer anuência da Administração Pública.

•O Departamento Nacional de Trânsito--DNIT, considerado como autarquia federal, depois de ampla divulgação da mídia nacional, afirma a irregular situação dos “posseiros” daquela região, ressaltando que se trata de um bem público federal, e o apossamento ocorreu há 8 meses. Nesse sentido, o DNIT procede a deflagração do procedimento administrativo desapropriatório para fins de utilidade pública, fundamentando o pleito na alínea “i” do art. 5 do Decreto-lei 3.365/41.

Contudo, de modo congruente ao quadro fático narrado, bem como no exercício de uma percepção interdisciplinar, aprecie os seguintes itens (desenvolva em 25 a 30 linhas):

- Na análise da pertinência subjetiva a demanda, o DNIT pode ocupar o polo ativo da deflagração do procedimento de desapropriação por utilidade pública? Sendo positiva a resposta, como deverá proceder o magistrado posteriormente a formulação da inicial?
- Qual(ais) instituto(s) do direito civil se emolduram as condutas operadas pelos “posseiros” daquela região?
- Sendo rechaçado o procedimento administrativo desapropriatório, qual demanda deveria ser promovida pela autarquia federal para atender o interesse público? Em seguida, aponte o foro competente para apreciação dessa demanda, sabendo que a avaliação do bem público federal não ultrapassa 40 salários mínimos.
- Recebida a petição inicial, composta por pedido que o magistrado considere errôneo, esse deve julgar extinto o processo sem a resolução do mérito? Não sendo hipótese de extinção, e sabendo que o DNIT é pessoa jurídica de direito público, pode o magistrado deferir “liminar inaudita altera parte”?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO